

PT inicia campanha por diretas no Sul

ANC P 3

JORNAL DO BRASIL

aul

São Paulo — O PT começou a preparar ontem sua campanha pelas eleições diretas para presidente, com a realização, em Porto Alegre, da primeira reunião plenária do partido, e mais duas já estão marcadas: dia 26, em São Paulo, e dia 29, em Belo Horizonte.

Segundo o presidente do partido, deputado Luiz Inácio "Lula" da Silva, deve-se convocar as eleições diretas imediatamente após a promulgação da nova Constituição. Lula acredita que isso deva acontecer em novembro ou em 15 de novembro de 88.

O deputado defende ainda que, juntamente com o presidente, devem ser eletos também novos deputados federais e senadores, com os atuais deixando seus postos. A disputa em dois turnos também deve ser

uma das bandeiras do PT. "A própria Constituinte deve determinar a época das eleições. Não interessa tanto que o mandato de Sarney deva ser de quatro, cinco ou seis anos, mas quando se farão as eleições.

O Brasil carece de um presidente eleito pelo voto direto, para restaurar a credibilidade da sociedade no governo", disse Lula.

Uma aliança do PT com o PDT não está descartada. Embora Lula defenda que seu partido deva lançar candidato próprio à presidência, considera que os demais devam unir-se na defesa das diretas.

Seu nome dentro do PT será certamente o mais forte para concorrer à eleição, reconhece o deputado.

Josemar Gonçalves



Deputado crê que minorias terão espaço na Constituição

Poder Judiciário não existe, afirma Alceni

«Nós não temos hoje o poder que deveria ser o fiscalizador e o executor das leis, que é o Poder Judiciário», afirmou ontem o vice-líder do PFL, deputado Alceni Guerra, relator da Subcomissão das Minorias, ao enfatizar ontem que um dos objetivos maiores da Constituinte deve ser o de acabar com o «desequilíbrio» hoje existente no Brasil entre os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ao comentar os boatos sobre golpes de estado que, vez por outra, se revigoram no país, Alceni explicou a existência desse fenômeno exatamente como uma consequência da «inexistência» do Poder Judiciário, que enfraquece as instituições democráticas a partir inclusive da impunidade que passa a fazer parte do dia-a-dia do brasileiro.

— No Brasil se faz um golpe de estado, se tortura pessoas, se mata pessoas e não vemos punição para isso. Então a falência do Poder Judiciário no Brasil, que é um poder que não existe, torna o estado brasileiro uma República capenga, onde o Poder Executivo é muito forte, o Poder Legislativo é facilmente amordaçado e o Judiciário não existe. Isso traz sempre a fragilidade das instituições.

Alceni se mostrou otimista quanto aos avanços na área das minorias que, segundo ele, ocorrerão a partir da Constituinte. «Eu acho que é o setor na nova Constituição onde mais vai se avançar, e onde haverá uma legislação mais moderna e mais adequada à realidade brasileira», opinou. Disse que, como relator da subcomissão, não pretende fazer de seu relatório «um confessionário de pontos de vista pessoais», mas sim colocar realmente «o que as forças que atuam na comunidade — indígenas, negros, minorias e deficientes físicos — possam fazer».

Antecipando suas conclusões iniciais, disse que, em relação aos negros, mais importante do que caracterizar a segregação racial como crime é facilitar a essa parcela da população a integração na sociedade, com igualdade de oportunidades. Para os índios, o mais importante seria a garantia de remarcação de seu território e garantia da exploração de suas riquezas e consequente integração à sociedade brasileira. «O índio de hoje pode ser um índio totalmente diferente daqui a cem anos e nós temos que preencher esse espaço todo dentro da realidade da questão indígena», comenta.



ANC 88

Pasta 24 a 30

Abril/87

028

Deputado quer sindicalizar os militares

Belo Horizonte — "E garantido o pleno direito de organização sindical e de greve a toda corporação militar". Esse é um dos artigos do projeto que o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), entrega esta semana à Mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte, visando a democratização das Forças Armadas e seu controle pela sociedade. O projeto, segundo admite o deputado, foi inspirado em um comentário do deputado Delfim Netto (PDS-SP), ironizando a intenção de alguns constituintes de restringir o papel das Forças Armadas à defesa externa da nação, como forma de evitar golpes militares. "Quando eles querem dar golpe, passam por cima da Constituição", teria dito Delfim.

O projeto, estipula, por outro lado, que junto a cada comandante eleito exista um comandante-adjunto, que deverá ser um civil indicado pelo Poder Legislativo, que se engajará por dois anos nas Forças Armadas, período no qual fará rodízio a cada três meses, com o comandante efetivo, trocando de função durante 30 dias. Segundo a proposta de Virgílio Guimarães, a cada dois anos todos os oficiais e comandantes, inclusive os adjuntos, servirão durante um mês como soldados em unidades fora de sua própria jurisdição normal.

Feldman pede que povo lute por natureza

Mais uma vez a mobilização popular deverá ser decisiva em um assunto de interesse nacional como a defesa do meio ambiente na nova Constituição. Isso foi deixado claro, ontem, pelo constituinte Fábio Feldmann, 1º vice-presidente da subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio-Ambiente, durante encontro promovido pelo próprio grupo de deputados federais e pela Fundação Pedroso Horta.

"A Constituinte não vai resolver os problemas do meio-ambiente. A grande vitória é instalar o debate, conscientizando e mobilizando o povo, declarar.

A subcomissão tem 21 membros, mas só cinco compareceram ontem. Carlos Mosconi, Geraldo Alckmin, Cunha Bueno e Eduardo Jorge, além de Feldmann.